

QUANDO A FICÇÃO (DES)ENTERRA MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS: A (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *K. RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI

WHEN FICTION (UN)BURIES UNDERGROUND MEMORIES: THE (RE)WRITING OF THE HISTORY OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN BERNARDO KUCINSKI'S *K. RELATO DE UMA BUSCA*

Tayane Fernandes dos Santos¹


ROR Universidade Estadual do Piauí

 tayanefernandesacademico@gmail.com



Maria Suely de Oliveira Lopes²

ROR Universidade Estadual do Piauí

 mariasuely@cchl.uespi.br



RESUMO: Analisamos neste artigo como a obra *K. relato de uma busca* (2016), de Bernardo Kucinski, traz à luz memórias subterrâneas ligadas à ditadura militar ocorrida no Brasil (1964-1985), promovendo rupturas com o discurso histórico oficial que invisibiliza a narrativa dos vencidos. O romance tem como ponto central a busca desenfreada de um pai por sua filha, uma desaparecida política no contexto da ditadura. Tal experiência individual pode transfigurar-se em coletiva e servir como reflexão acerca das sequelas deixadas em quem ficou com feridas não cicatrizadas após o fim do regime. Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica, baseando-nos principalmente em Pollak (1989) para tratar sobre memórias subterrâneas, além de Aínsa (1993), Reis (2010) e Burke (1992) no que se refere às discussões acerca da relação entre ficção e história e sobre a nova história e Fernandes (2017), no que concerne à ficcionalização da ditadura militar na cena literária nacional. Manifestações artísticas como a de Kucinski podem servir como provocação à noção de que a ficção pode preencher simbolicamente lacunas deixadas pela história e levantar novas possibilidades de se olhar para o discurso histórico como uma construção plurissignificativa.

PALAVRAS-CHAVE: Bernardo Kucinski; Ditadura Militar; Ficção; História; *K. relato de uma busca*.

ABSTRACT: In this article, it is intended to analyze how Bernardo Kucinski's *K. relato de uma busca* (2016) presents "underground memories" connected to the military dictatorship (1964-1985) that occurred in Brazil, promoting ruptures with the official historical discourse that makes the narrative of the defeated people invisible. The novel focuses on a father's desperate search for his daughter, a militant who disappeared during the dictatorship. Such an individual experience can become a collective one and provides the opportunity to reflect on the consequences left on people who were unable to heal their emotional wounds after the end of the regime. To achieve the initial objective, it was developed a qualitative and bibliographical research, based on Pollak (1989) who writes about underground memories, as well as Aínsa (1993), Reis (2010) and Burke (1992) regarding the fiction-history relationship and "the new history". Furthermore, Fernandes (2017) writings were used to support the ideas about the fictionalization of the military dictatorship in the Brazilian literary scene. The research findings reveal that artistic manifestations such as Kucinski's not only can contribute to the reflection that fiction can symbolically fill gaps left by history, but also raise new possibilities for looking at historical discourse as a multi-significant construction.

KEYWORDS: Bernardo Kucinski; Military Dictatorship; Fiction; History; *K. relato de uma busca*.

REVISTA
Decifrar

(ISSN: 2318-2229)

Vol. 13, Nº. 27 (Jul-Dez/2025)

Informações sobre os autores:

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí (PPGL/UESPI, área de Estudos literários). Graduada em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista/CAPES..

2 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente, está vinculada ao Programa de Pós-graduação de Letras da Universidade Estadual do Piauí-PPGLETRAS/UESPI. Professora Associada Nível II da Universidade Estadual do Piauí. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária.



10.29281/rd.v13i27.17226

Fluxo de trabalho

Recebido: 30/11/2024

Aceito: 29/09/2025

Publicado: 11/12/2025

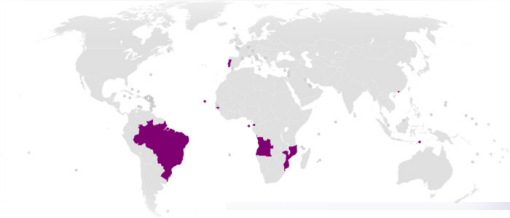
Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA)

Programa de Pós-Graduação em Letras

Faculdade de Letras

Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELIP)





CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. (Bernardo Kucinski, 2016).

Ficção e História são duas áreas que se utilizam da mesma fonte para se materializar: a linguagem. Cada campo do saber, à sua maneira, busca reconstruir e transfigurar o real, dando à sociedade, de maneira simbólica, a oportunidade de refletir sobre si e sobre o outro ao longo do tempo.

No período correspondente aos anos de 1964 a 1985, o Brasil viveu um período de turbulentas mudanças, em suas diversas esferas, ocasionadas pela ditadura militar. O regime foi marcado por intensa repressão à oposição, desenvolvida por meio de prisões, desaparecimentos, torturas e assassinato de presos políticos. Apesar de passados 39 anos de finalizada essa página da história do país, ainda é possível notar em nossa sociedade, sequelas e memórias traumáticas dos que experienciaram de maneira direta ou indireta a face obscura desse sistema.

A epígrafe que abre o presente artigo pertence à obra *K. relato de uma busca* (2016), do escritor Bernardo Kucinski. Em tal romance acompanhamos a saga desenfreada de um pai tentando encontrar a filha desaparecida, no contexto destacado no parágrafo supracitado. A obra nasce de uma experiência real: a irmã de Kucinski, Ana Rosa Kucinski, realmente desapareceu durante o período; juntamente com o esposo dela, Wilson Silva. No entanto, mesmo após décadas, o autor não teve uma resposta acerca de que fim ambos realmente tiveram.

Em meio às lacunas que ficaram, a literatura pode funcionar como uma forte aliada na busca de, por meio do ficcional, preencher simbolicamente os espaços deixados pela história, além de trazer para o centro da discussão, memórias subterrâneas dos marginalizados pelo discurso histórico oficial e contribuir para o combate ao negacionismo. Pois, conforme Gagnebin (2006), a luta contra o esquecimento é também uma tentativa de tentar evitar que atrocidades como as cometidas durante catástrofes históricas se repitam. Foi justamente tendo estas como principais justificativas, que Kucinski publicou, em 2011, a sua primeira obra literária, *K. relato de uma busca*, a qual buscamos analisar no artigo que aqui anunciamos.

Bernardo Kucinski, além de escritor, foi jornalista e professor, atualmente aposentado pela Universidade de São Paulo (USP). O autor publicou *K. relato de uma busca* aos 74 anos e, desde então, tem se dedicado à escrita de obras literárias voltadas para a ficcionalização do contexto da ditadura militar, entrelaçando em seus enredos ficção,

história e memória. Dentre suas produções literárias mais importantes, destacamos, em adição à já citada, a coletânea de contos intitulada *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014) e os romances *Alice Não mais que de repente* (2014), *Os visitantes* (2016), *Pretérito imperfeito* (2017), *A nova ordem* (2019), dentre outras.

Em entrevista publicada na página virtual *Rascunho: o jornal da literatura no Brasil*, em 2014, Kucinski afirma que “Os grandes desastres e transformações da humanidade, certamente, desencadeiam grandes surtos literários.” (s./p.). A ditadura militar é um desses “desastres” e, na esteira literária, muitas têm sido as tentativas de transfigurar, por meio do imaginário, a memória de um trauma coletivo que, no entanto, é muitas vezes enfatizada pela história oficial apenas como o período do “milagre econômico”, acabando por marginalizar as experiências negativas vividas por uma parcela da população durante o regime.

Diante do exposto, analisamos, neste artigo, como a obra *K. relato de uma busca* (2016), de Bernardo Kucinski, traz à luz memórias subterrâneas ligadas à ditadura militar ocorrida no Brasil, promovendo rupturas com o discurso histórico oficial que invisibiliza a narrativa dos vencidos. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica, baseando-nos principalmente em Pollak (1989) para tratar sobre memórias subterrâneas, além de Aínsa (1993), Reis (2010) e Burke (1992) no que se refere às discussões acerca da relação entre ficção e história e sobre a nova história e Fernandes (2017), no que concerne à ficcionalização da ditadura militar na cena literária nacional.

1 FICÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS: ENTRELACES

Estudos acerca da relação entre ficção e história têm ganho cada vez mais destaques no campo acadêmico-científico. Passando por constantes discussões acerca do que as distancia e do que as aproxima, as duas áreas oferecem um profícuo debate acerca da condição e manifestações humanas, principalmente, quando se entrecruzam.

Uma das primeiras distinções entre ficção e história remonta às ideias de Aristóteles. Em *Poética* (2008), o filósofo grego destaca que a tarefa do historiador é relatar aquilo que realmente aconteceu, enquanto a do poeta/escritor é tratar sobre aquilo que poderia acontecer, ou seja, seu traço fundamental não é a verdade objetiva, como na história, mas a ficcionalidade.

As considerações de Aristóteles, embora fundamentais para impulsionar estudos acerca do entrelace entre ficção e história, são um tanto reducionistas, ao sugerir que apenas a ficção liga-se a questões subjetivas, e a história às verdades factuais. Na esteira desse pensamento, trazemos à cena as contribuições do crítico literário Wolfgang Iser (2002),



que em seu artigo *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*, desestabiliza a noção de separação entre real e ficcional, perpetuada amplamente pela sociologia do conhecimento.

Para o autor, o texto ficcional carrega elementos do real e vice-versa, através do que ele chama de “fingimento” e preparação de um imaginário. Já nas primeiras páginas do texto, o autor faz o seguinte questionamento: “Os textos ficcionais serão de fato tão ficcionais e os que assim não se dizem serão de fato isentos de ficções?” (Iser, 2002, p. 957).

O ato de fingir, para o teórico, se configura em uma transgressão de limites e se dá por uma relação triádica: real com o fictício e o imaginário. O fingir é diferente do imaginário. O ato de fingir pode ser visto como uma irrealização do real, ou seja, ao selecionar elementos do real, parte da realidade é desrealizada, até que tenhamos a realização do imaginário que será a obra posta, a este processo chamamos fingimento literário.

Segundo o autor, a própria ação de seleção feita na construção de um texto ficcional já se configura como transgressão; essa seleção é também um ato de fingir. No processo de seleção os elementos escolhidos perdem seu peso referencial usual e se transformam em outras, de acordo com as combinações desenvolvidas no texto.

Essa nova articulação é uma transgressão e “Como ato de fingir, a seleção possibilita então apreender a *intencionalidade* de um texto”. (Iser, 2022, p. 962, grifo do autor). Tal entrelaçamento deve ser reconhecido pelo leitor durante a leitura da obra. Podemos inferir, a partir das colocações citadas, que, assim como o escritor faz escolhas durante seu processo criativo, o historiador também o faz na construção da narrativa histórica; portanto, a história não é uma área tão objetiva como muitas vezes se tenta defender.

Nesse contexto, conforme Reis (2010), história e ficção possuem mais pontos em comum do que poderíamos imaginar, sendo o principal deles a interpretação. Assim como o escritor faz escolhas e planeja o melhor caminho para a construção de suas narrativas, o historiador também o faz. Dessa forma, “A história adquire sentido da mesma forma que o poeta e o romancista dão sentido ao real”. (Reis, 2010, p. 66). Discurso histórico e discurso ficcional, portanto, têm em comum dar forma e sentido às experiências humanas.

Na mesma linha de pensamento, Fernando Aínsa (1993) destaca que, por mais que a história e a ficção tenham objetivos diferentes - sendo que a primeira busca “reconstruir” o real e a segunda não necessariamente assina compromisso com este -, as duas áreas possuem características comuns, a citar: a forma textual, a busca pela persuasão, a organização discursiva, dentre outras semelhanças narrativas.

Para o crítico literário espanhol, a narrativa histórica utiliza-se do imaginário individual que permeia a criação literária como recurso importante. Esse imaginário, segundo Aínsa (1993), é uma ferramenta utilizada pelo historiador para dar forma ao texto, constituindo-se, assim, como uma “fonte documental” que pode contribuir para a compreensão da realidade vivenciada em determinados períodos da história.

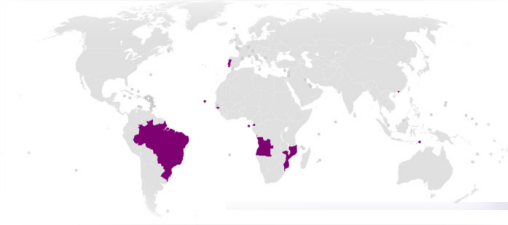
Em *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*, Linda Hutcheon (1991) busca tecer discussões acerca das principais diferenças entre o romance histórico tradicional do século XIX e o romance histórico pós-moderno. Segundo a autora, a busca por distanciar Literatura e História intensificou-se, principalmente na segunda metade do século XIX, a partir das ideias do historiador alemão Leopold von Ranke, conhecido como o pai da “História científica”. Para ele, a história deveria ser cada vez mais objetiva e distanciar-se contundentemente da ficção.

Entretanto, conforme Hutcheon (1991), com o pós-modernismo, as narrativas passaram a não mais buscar separar as duas áreas, mas destacar e problematizar o que têm em comum.

[...] é essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da ficção e da história têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como constructos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (Hutcheon, 1991, p. 141).

A ficção pós-moderna busca, então, contestar tal separação, problematizando-a e suscitando discussões que dialogam mais com as semelhanças entre as duas áreas do que com as diferenças, entendendo que tanto a literatura como a história trabalham mais com a noção de verossimilhança, que a de verdade objetiva.

Na ficção pós-moderna, reflete-se que a reescrita do passado nunca é conclusiva e totalizante; sempre ficam vieses de fora de uma narrativa, tornando-a passível de novas versões. Pois “O pós-modernismo confunde deliberadamente a noção de que o problema da história é a verificação e o problema da ficção é a veracidade” (Berthoff, 1970, p. 272 *apud* Hutcheon, 1991, p. 149). A partir de tal abordagem, as narrativas que antes eram contadas apenas a partir da perspectiva dos vencedores agora passam a dar voz também aos ex-cêntricos, impulsionando reflexões importantes acerca tanto do fazer literário quanto do histórico. Dessa forma, assim como na ficção falamos em não esgotamento



do objeto ficcional, sendo passível de inesgotáveis interpretações, na narrativa histórica, só pode-se falar em verdades, ou seja, em pluralidades e não singularidades da história (Hutcheon, 1991).

Podemos relacionar esses deslocamentos com o que Burke (1992) chama de “nova história”, ou seja, as experiências dos vencidos, por muito tempo silenciadas, passam a ter espaço. Essa nova escrita da história, configura-se, então, como uma proposta de se observar o discurso dos que ficaram à margem da sociedade ao longo dos séculos, indo contra as relações hegemônicas e subvertendo os padrões da história. Isso contribui para que aos poucos, os personagens reais e ficcionais apagados, tenham visibilidade e direitos que foram por muito tempo negados.

A História dita “oficial”, tem como principais características a verdade unilateral e a busca por narrar a história a partir do discurso dos vencedores. No entanto, como é a versão dos que estão à margem? O que é recalcado na construção da narrativa histórica considerada a única “verdadeira”? Dessa forma, contrastando essa perspectiva tradicional, surgem outras maneiras de narrar o passado.

Essa nova abordagem vai ao encontro do que Pollak (1989) chama de “memórias subterrâneas”, isto é, memórias excluídas da história oficial que, quando vêm à luz, entram em confronto com esta. A literatura, na nova escrita da história, pode servir para abrir os olhos do historiador para novas possibilidades do que pode ter acontecido no pretérito, permitindo-lhe ampliar as reflexões sobre o que ele já tem e reavaliar/problematizar os caminhos que deve seguir na busca por “reapresentar” o passado.

À luz do que até aqui discutimos, buscamos, no item a seguir analisar o romance *K. relato de uma busca* (2016), do escritor brasileiro Bernardo Kucinski, refletindo sobre a relação entre ficção e história na obra e como ela pode impulsionar um revisionismo crítico de discursos “enterrados” pela história oficial sobre a ditadura militar no Brasil.

2 K. RELATO DE UMA BUSCA: A (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA NO DESENTERRAMENTO DE MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A obra *K. relato de uma busca* (2016), do escritor brasileiro Bernardo Kucinski, promove um encontro entre ficção e história. Antes de iniciar a narração em si, o autor suscita inquietações no leitor a partir da seguinte colocação: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (Kucinski, 2016, p. 11). A referida frase é paradoxal, o escritor acaba por levar o leitor a questionar até que ponto a narrativa em que adentrará é fabulada e até que ponto a história narrada “aconteceu”. Tal advertência coloca em pauta, portanto, a linha tênue existente entre ficção e história e o quanto essa intersecção deve ser levada em conta durante a leitura do romance.

Dessa maneira, ao desenvolver a ficcionalização do contexto ditatorial militar no Brasil, o autor transfigura um acontecimento real em ficção. Nas palavras de Iser (2002) temos uma desrealização do real. A obra não é a realidade, mas outra coisa, está em um plano de fingimento que tem que ser percebido pelos leitores para que os sentidos sejam construídos e as críticas e reflexões acerca do narrado, empreendidas.

Como destacado na introdução do presente artigo o romance, que aqui buscamos analisar, tem como um de seus fios condutores a experiência do próprio autor, Bernardo Kucinski, que teve a irmã como uma das vítimas do regime ditatorial militar. Ana Rosa Kucinski e seu esposo, Wilson Silva, desapareceram em 1974 e até os dias de hoje, não se sabe exatamente o que houve com eles. A ausência de um corpo para enterro, dificulta o processo de luto e o trauma se perpetua ao longo do tempo na vida de quem fica.

O primeiro capítulo da obra, intitulado “As cartas à destinatária inexistente” é datado de 2010, narrado em 1º pessoa pelo irmão de A¹, e a partir dele podemos inferir o quanto a ferida causada pelo sumiço da irmã ainda está aberta na memória de seus entes,

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão de seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. (Kucinski, 2016, p. 14).

A memória da desaparecida é silenciada. A chegada de cartas, após décadas de seu desaparecimento, como se ela estivesse viva, pode funcionar como uma imposição do “sistema” na tentativa do apagamento acerca das atrocidades que foram cometidas contra ela. Essa configuração, como enfatiza o narrador, parece ser uma busca por estragar também “a vida necessária”, dos que sofrem a perda de seus familiares e não sabem a quem ou o quê questionar para obter respostas que lhes deem um mínimo de senso de justiça.

Diante das lacunas do que pode ter acontecido com a irmã e o cunhado, Kucinski busca por meio da ficção, preencher as lacunas do passado e trazer um “poderia ter sido” aos fatos. Por mais que se trate de um drama, primeiramente individual, este torna-se também coletivo, tendo em vista que existe uma parcela da população que compartilha da mesma dor do autor. Para Aínsa (1993), dependendo da complexidade de um evento histórico, a literatura contribuirá para narrá-lo de forma a torná-lo mais compreensível ao leitor e aqui, acrescentamos, ao próprio autor da obra. A partir do exposto, defendemos que *K. relato de uma busca* traz à cena memórias subterrâneas sobre a ditadura militar e

¹ Na obra, os nomes do protagonista K., bem como de sua filha desaparecida, A. aparecem sempre abreviados.



suas sequelas, confrontando a história oficial e impulsionando debates acerca das relações entre ficção e história.

Segundo Fernandes (2017):

parece que as lições tiradas dos anos da ditadura militar no Brasil não foram as mesmas para todos. Enquanto pouquíssimos se arrependeram outros estão prontos para um novo golpe. Declarações como essa amplificam um problema expresso nos testemunhos das vítimas: não há debate público eficiente em relação ao passado. A história não assimilada corre o risco da repetição. (Fernandes, 2017, p. 34)

Nessa esteira de pensamento, destacam-se obras como a de Kucinski, trazendo uma espécie de testemunho acerca das atrocidades e várias formas de violência cometidas contra os opositores à ditadura. Violência essa, dirigida não apenas diretamente aos militantes políticos, mas também aos seus familiares, por meio de torturas psicológicas, perpetradas a partir do silenciamento lhes relegado diante do desaparecimento de seus entes.

Em *K. Relato de uma busca*, o personagem principal é um judeu, escritor de língua Iídiche, comerciante e imigrante polonês. Dedicado à literatura Iídiche, K. não percebia o contexto em que estava inserido no Brasil e só após o sumiço da filha, tem uma tomada de consciência sobre as obscuridades que permeavam o país.

Entre suas empreitadas por entender o que poderia ter acontecido, o pai percebe que a triste realidade pela qual estava passando não era apenas sua, outras famílias também se encontravam na mesma situação, sem notícias de seus entes. Podemos compreender isso a partir do fragmento a seguir:

O que trazia aquele grupo à reunião era algo insólito. O Exército alegava que nada disso tinha acontecido, apesar de um dos presos, apenas um, ter escapado e testemunhado tudo. Os familiares queriam enterrar seus mortos – que eles já sabiam mortos, mais de cinquenta, diziam, sabiam até a região aproximada em que foram executados, mas os militares insistiam que não havia corpo nenhum para entregar. (Kucinski, 2016, p. 24).

É possível destacar, por meio do trecho supracitado, uma disputa de memórias. Enquanto o Exército defendia que não havia prendido, torturado e/ou assassinado, militantes opositores ao regime militar, os familiares que tiveram seus entes desaparecidos alegavam que queriam ao menos os corpos dos seus familiares para enterrar e cumprir seus processos de luto.

Fernandes (2017) ao analisar entrevistas de militares repressivos durante o regime militar destaca o quanto em seus discursos, eles apoiam a ideia de “deixar o passado no

passado”. Propõem, então, um silenciamento de memórias, já que estas vindo à tona poderiam trazer acusações contra eles próprios.

Por mais que as vítimas afirmem terem a certeza de que seus parentes foram mortos, sabendo inclusive dos locais aproximados que o assassinato teria ocorrido, seus testemunhos são deslegitimados pela instância oficial.

Nos anos em que os generais estavam no poder, o povo brasileiro pouco sabia do sistema de interrogatórios largamente utilizado e das situações de “desaparecimento” súbito de “elementos subversivos”. Somente a partir de 1979, com a promulgação da lei da Anistia e a volta de exilados ao Brasil é que se começou a difusão, de maneira ampla, dos relatos de torturas e maus-tratos perpetrados nos anos anteriores. (Fernandes, 2017, p. 24).

Na época da ditadura, o Exército era um dos mais importantes representantes do Estado e na tentativa de manter sua hegemonia, nega os fatos denunciados pelos familiares, até de uma vítima sobrevivente. Tal negacionismo é, por sua vez, impregnado no meio social, que reproduz o discurso dominante e torna as memórias das vítimas em subterrâneas, pois como enfatiza Pollak (1989), os dominadores se beneficiam do silêncio de suas vítimas.

Vale ressaltar, que as próprias abreviações dos nomes K. e A. podem revelar a necessidade de não-ditos, o silenciamento constante de memórias. Ocultar quem está à procura da filha para evitar a represália ou medo do sistema. Esse esforço se coloca perante a necessidade de narrar sobre o que houve.

Aínsa (1993) defende que a ficção necessita de mais estratégias de persuasão do leitor, do que a história, tendo em vista que esta última busca sempre se aproximar o mais possível da “verdade objetiva”. O empenho do historiador, portanto, possui um *status* de verdadeiro, não possuindo tanta carência desse mecanismo, por já tentar se convencer próximo ao real. Já uma das armas da ficção no que se refere à verossimilhança e persuasão é a própria história.

K. relato de uma busca, é uma obra polifônica, contrastando em seu bojo ora narrativas em 1º ora em 3º pessoa. Temos, na obra, a voz dos militares; do irmão de A.; de uma funcionária que diz ter trabalhado fazendo faxina na “Casa da Morte” (espaço que realmente existiu), dentre outras. Além disso, são ficcionalizadas as vozes de personagens reais, como o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Sérgio Fleury, por exemplo. Tais estratégias, considerando a colocação de Aínsa (1993), podem servir como maneira de dar maior verossimilhança à obra e convencer o leitor a considerar a linha tênue existente entre o ficcional e o real durante sua leitura.



Além disso, a ideia de múltiplas vozes narrativas e da existência de um narrador onipotente declarado; um narrador que está em todos os lugares, onisciente, é uma estratégia usada pelas ficções pós-modernas, não para afirmar um ponto como verdadeiro, mas para problematizar que na história há múltiplas versões, e que há uma linha constante entre fato e ficção. Então, ambos apresentam a incapacidade de “conhecer o passado com um mínimo de certeza” (Hutcheon, 1991, p. 156). Dessa maneira, as várias vozes que narram o romance, possibilitam a tentativa de Kucinski, não em destacar o que “realmente aconteceu”, mas de levantar críticas acerca das várias versões que um fato histórico pode ter.

A fragmentação e multiplicidade narrativa pode competir também para figurar a própria disputa de memórias em relação aos discursos que são valorizados pela história oficial e a versões que são legitimadas em detrimento de outras, pois falar em memória subterrânea é falar em disputas discursivas. Na maioria das vezes a memória oficial é uma memória nacional, que na tentativa de homogeneizar a história, acaba por marginalizar experiências que poderiam “manchar” a narrativa histórica oficial. Tais memórias descentralizadas quando vêm à tona entram em confronto com a memória unilateral ao longo do tempo perpetuada, como bem destaca Pollak (1989).

Para o autor, uma outra justificativa do silenciamento de vítimas de catástrofes históricas, é o sentimento de culpa dos sobreviventes. Em *K. relato de uma busca*, percebemos que esse sentimento perpassa o protagonista K. e os demais familiares dos desaparecidos políticos. O Estado exerce, de certa maneira, uma tortura psicológica contra estes entes,

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos - embora mesquinhas - foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos, sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer da cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.

O “totalismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (Kucinski, 2016, p. 156).

Como criticado no fragmento acima, a forma que o Estado enxergou como favorável para lidar com a problemática dos desaparecimentos de opositores ou suspeitos de oposição após o fim da ditadura, foi por meio de indenizações. O narrador ironiza que tal ação foi feita na tentativa de “antecipar” e evitar que as reclamações dos familiares continuassem. A indenização, portanto, foi uma forma de silenciar rapidamente a voz dos

que buscavam respostas acerca de seus entes. Evitando sanções legais contra si, o Estado inverte a culpa pelas tragédias ocorridas, relegando às famílias o sentimento de culpa pelas perdas sofridas.

Na tentativa de simbolizar sua dor e dá algum sentido ao que ocorreu com a filha, K. tenta escrever um romance a partir de sua experiência. No entanto, percebe que não conseguirá “Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia” (Kucinski, 2016, p. 128). O personagem vê no silêncio uma forma de proteção não só para si, mas também para os seus familiares. Conforme Pollak (1989), um momento de quebra do silêncio e que busca trazer à luz memórias subterrâneas se dá quando o sujeito toma consciência de que está chegando ao fim da vida e, a partir disso, parece querer deixar para alguém as memórias do que foi por tanto tempo silenciado. Em *K. relato de uma busca*, é notória tal empreitada, como podemos inferir a partir do seguinte trecho:

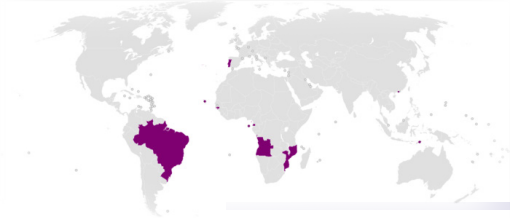
Naquela mesma noite, K. escreveu sua primeira carta à neta em Hertz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no heder. Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraçada filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar. (Kucinski, 2016, p. 128).

A ação de K. constitui-se em um ato de resistência. Em meio ao silenciamento imposto pelo contexto em que estava inserido e diante da iminência da brevidade da vida, o personagem sente a necessidade de não deixar que a memória de sua filha, bem como a tragédia por ela sofrida caiam no esquecimento. Mesmo que seja no meio familiar, as memórias serão guardadas, e isso segundo Pollak (1989), deixa nas entrelinhas que em algum momento propício elas virão à luz e desestabilizarão a narrativa histórica oficial.

Nessa perspectiva, podemos ter o que Burke (1992) chama de “nova história”. De acordo com o historiador, na nova história, não temos apenas uma simples repetição do discurso histórico oficial, mas uma oposição a este. Para tanto, não são considerados apenas documentos tradicionalmente analisados na construção do discurso histórico, e sim outros antes deslegitimados, a exemplo, podemos destacar os testemunhos.

Um dos capítulos de maior tensão no romance, aqui analisado, é o intitulado “A terapia”. Neste, temos o relato de uma jovem de 22 anos que trabalhava como faxineira na “Casa da morte” (local que realmente existiu em Petrópolis, Rio de Janeiro) que servia como um espaço clandestino onde eram realizadas as torturas e assassinatos dos militantes opositores à ditadura militar. A personagem é Jesuína Gonzaga e se encontra em consulta com uma terapeuta para conseguir aposentadoria do trabalho, por sofrer de insônia e alucinações constantes.

Jesuína servia como “espiã” para o delegado Fleury, fingindo-se de vítima da ditadura e se aproximando dos presos para conseguir algum tipo de informação que



pudesse incriminá-los ou sobre o paradeiro dos demais de seus grupos. No entanto, o relato mais assustador dado pela personagem pode ser o seguinte:

“²Uma vez, eu fiquei sozinha quase a manhã inteira, os PMS mineiros saíram bem cedo de caminhonete dizendo que tinham acabado os sacos de lona, o lugar onde compravam era longe, iam demorar. O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue”. (Kucinski, 2016, p. 124).

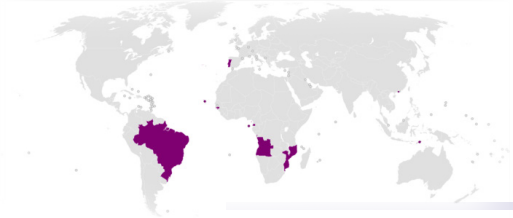
A obra sugere que os presos políticos eram esartejados e colocados em “sacos de lona” para serem levados para um local afastado. Terá sido esse o fim da filha de K. e o esposo dela? Conforme Reis (2010), ficção e história se entrecruzam, uma se serve da outra para se materializar por meio da linguagem. A partir do trecho acima, podemos inferir que Kucinski se vale de um fato real, a existência da “Casa da morte”, para levantar um “poderia ter sido” acerca do que pode ter acontecido com o corpo de muitos presos políticos sumidos até os dias de hoje, além de nos levar a pensar que a própria irmã e o cunhado do autor podem também ter tido o trágico fim relatado pela ficção.

Ademais, ao destacar a experiência de uma funcionária que se sente culpada e traumatizada pelo que vivenciou e praticou durante o regime ditatorial, podemos refletir: E os sobreviventes às torturas? E os familiares, após décadas de desaparecimento de seus entes? Quais traumas carregam? Que sequelas neles ficaram? O período ditatorial acabou, mas o trauma ainda é carregado por uma parcela da sociedade.

Mesmo após o fim da ditadura militar no Brasil, ficaram além dos traumas a perpetuação do legado de heroísmo dado aos militares do regime e legitimado por uma parcela da população, como enfatiza Fernandes (2017). Este legado é reproduzido de várias formas, uma delas é a homenagem a torturadores da época, dando seus nomes a monumentos e espaços importantes da sociedade. Em *K. relato de uma busca*, o narrador levanta críticas a isso: “Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na ponte Rio- Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5” (Kucinski, 2016, p. 151).

Como defendido por Gagnebin (2006, p. 103) “Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado”. Isso significa que a lembrança deve ser ressignificada. No caso de memórias relacionadas a momentos

² Aspas do texto original.



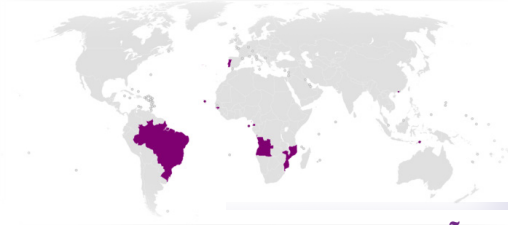
repressivos, como a ditadura militar, a análise crítica deve ser feita como vistas a evitar a repetição do passado.

A crítica empreendida no trecho da obra supracitado, nos faz refletir sobre como o Estado ainda busca perpetuar sua hegemonia. Na obra, é destacado que ao fim da ditadura, os desaparecidos políticos foram homenageados com o nome de ruas, no entanto, a localização era afastada. K. reflete que essa, por mais que tenha sido uma iniciativa válida, também está carregada de apagamentos, pois o nome de ruas homenageando personagens que podem ter atuado como ditadores, torturadores e assassinos ficavam nos centros da cidade, impondo a memórias desses como heróis do povo,

Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa viaduto General Milton Tavares. De novo esse criminoso. K. passara muitas vezes debaixo daquela ponte, sem prestar atenção ao nome. Centenas de pessoas passam por aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo. (Kucinski, 2016, p. 153).

A discussão levantada, a partir do fragmento acima, pode nos levar a refletir sobre questões que parecem sem intenção alguma, mas que buscam impor uma memória, que assimilamos sem criticar e analisar. Estas memórias buscam representar o coletivo, por meio da uniformização da história. No entanto, “A revisão da concessão de nomes de pessoas ligadas à ditadura é necessária, a fim de entronizar outros nomes, dar outra versão da História”. (Figueiredo, 2017, p. 135).

À luz do que até aqui discutimos podemos inferir que *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, propõe um revisionismo crítico acerca da história oficial sobre a ditadura militar ocorrida no Brasil, por meio do desenterramento das chamadas “memórias subterrâneas” dos vencidos da história. Ao ficcionalizar a dor dos que ficaram ao ter seus entes desaparecidos; as múltiplas formas de violência exercidas pelo regime (tanto aos presos, mortos e torturados políticos como aos seus familiares); as imposições de memórias por meio de monumentos e locais públicos, destaca-se que manifestações artísticas, como a de Kucinski podem servir como provocação à noção de que a ficção pode preencher simbolicamente lacunas da história e levantar novas possibilidades de se olhar para o discurso histórico, compreendendo que este tem muito mais proximidade com a literatura do que poderíamos conceber.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, no trabalho aqui desenvolvido, analisar como a obra *K. relato de uma busca* (2016), de Bernardo Kucinski, traz à luz memórias subterrâneas ligadas à ditadura militar ocorrida no Brasil (1964-1985), promovendo rupturas com a história oficial. Para tanto, levamos em consideração as nuances entre ficção e história que a produção denota, acerca dessa página do país.

A obra em questão suscita debates em relação ao imbricamento entre ficção e história desde seus elementos pré-narrativos. Como destacamos na análise, Kucinski, antes de adentrar a narração já busca confundir o leitor acerca do quanto sua obra pode ou não ser vista como ficcional ou como histórica. Essa ambiguidade é constante durante toda a leitura do romance, pois a partir da mistura de elementos reais (personagens históricos, locais realmente existentes, referência a uma experiência vivida pelo próprio autor), misturados a fabulados na tessitura narrativa, ficamos em constante suspensão, contemplando a linha tênue existente entre ficção e história na produção de Kucinski.

A passagem de *K. Relato de uma busca*, destacada na epígrafe do presente artigo, levanta a crítica de que os casos dos desaparecimentos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil e suas sequelas foram “enterrados” sem enterro dos mortos, sem justiça aos familiares. Levantando tais inquietações, a obra de Kucinski vem para desenterrar essas memórias subterrâneas e resistir ao apagamento de experiências de dor por décadas silenciadas, buscando combater o “mal de Alzheimer nacional” (Kucinski, 2016, p. 14) em que vive o Brasil e suscitando uma reavaliação de um passado desastroso como o vivido durante o período supracitado, para que catástrofes do tipo não mais se repitam.

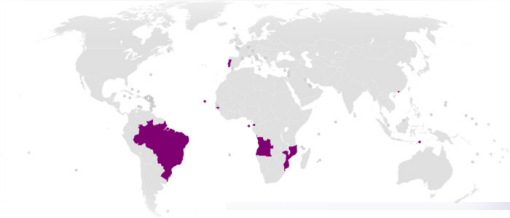
REFERÊNCIAS

ÁINSA, Fernando. La invención literaria y la reconstrucción histórica. In: **América:** Cahiers du CRICCAL. n. 12, p. 11-26, 1993.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. 3. ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7 – 37.

A LIBERTAÇÃO DE KUCINSKI. Entrevista com B. Kucinski, que estreou na literatura após os 70 anos com o romance *K. Rascunho*: o jornal da literatura do Brasil. (Seção entrevistas). Publicado por Rogério Pereira. Campo Largo, Paraná, 2014. Disponível em: <https://rascunho.com.br/entrevista/a-libertacao-de-kucinski/>. Acesso em: 10 jun, 2024.



FERNANDES, Fabrício. As estratégias discursivas de perpetradores reflexões sobre a ditadura militar brasileira. In: **ContraCorrente**: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, [S.l.], n. 2, p. 23-42, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/467>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 141- 162.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da literatura e suas fontes**. Tradução de Heidrun Krieger Olinto e Luiz Costa Lima. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 956 – 985.

KUCINSKI, Bernardo. **K. relato de uma busca**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 3-15, 1989.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.